



Interativa

Economia e Mercado

Autores: Prof. Maurício Felipe Manzali
Prof. Claudio Ditticio

Colaborador: Prof. Adalberto Oliveira da Silva

Maurício Felipe Manzalli

Possui graduação em Economia pela UNIP (1995) e é mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atualmente é professor da UNIP nos cursos de Ciências Econômicas e Administração e também é coordenador do curso de Ciências Econômicas na mesma universidade, tanto na modalidade presencial quanto na Educação a Distância. Tem experiência em administração e finanças, notadamente nas áreas ligadas ao setor de transporte de passageiros, atuando há 29 anos no ramo.

Claudio Ditticio

Graduado em Economia (1973) pela Universidade de São Paulo. Possui mestrado em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Participou de cursos de Especialização em Métodos Quantitativos, *Banking, Marketing*, Processos Administrativos e Operacionais, Derivativos, Avaliação de Empresas e Tecnologia da Informação. Possui uma larga experiência profissional como administrador e diretor de instituições financeiras de varejo e atacado e em empresas comerciais. Também atuou em consultoria de economia e de análise política. Foi professor e pesquisador da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo. Atua na Educação a Distância na UNIP como professor conteudista e coordenador do curso de Tecnologia em Gestão Pública e ministra aulas nessa modalidade. É professor universitário em cursos de graduação e pós-graduação, lecionando em vários *campi* da UNIP nas disciplinas relacionadas, principalmente Economia, Finanças, Administração, Contabilidade, Tecnologia da Informação, Matemática e Estatística.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M296e Manzalli, Maurício Felipe.
Economia e mercado. / Maurício Felipe Manzalli, Claudio Ditticio. - São Paulo: Editora Sol, 2020.
248 p., il.
Nota: este volume está publicado nos Cadernos de Estudos e Pesquisas da UNIP, Série Didática, ISSN 1517-9230.
1. Economia e mercado. 2. Sistemas econômicos. 3. Metas para inflação. I. Ditticio, Claudio. II. Título.

CDU 336.7

U507.20 – 20

Prof. Dr. João Carlos Di Genio
Reitor

Prof. Fábio Romeu de Carvalho
Vice-Reitor de Planejamento, Administração e Finanças

Profa. Melânia Dalla Torre
Vice-Reitora de Unidades Universitárias

Prof. Dr. Yugo Okida
Vice-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Dra. Marília Ancona-Lopez
Vice-Reitora de Graduação

Unip Interativa – EaD

Profa. Elisabete Brihy
Prof. Marcello Vannini
Prof. Dr. Luiz Felipe Scabar
Prof. Ivan Daliberto Frugoli

Material Didático – EaD

Comissão editorial:

Dra. Angélica L. Carlini (UNIP)
Dr. Ivan Dias da Motta (CESUMAR)
Dra. Kátia Mosorov Alonso (UFMT)

Apoio:

Profa. Cláudia Regina Baptista – EaD
Profa. Betisa Malaman – Comissão de Qualificação e Avaliação de Cursos

Projeto gráfico:

Prof. Alexandre Ponzetto

Revisão:

Vitor Andrade
Elaine Pires

Sumário

Economia e Mercado

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11

Unidade I

1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA	15
1.1 Muito mais necessidades do que recursos para atendê-las	15
1.2 Bens para a satisfação das necessidades	17
1.3 Os variados fatores de produção	18
1.4 Os agentes que atuam na economia	19
1.5 A convivência com a escassez	21
1.6 Os rendimentos decrescentes	25
1.7 Pensamento na margem	26
1.8 O custo de oportunidade	27
2 SISTEMAS ECONÔMICOS	29
2.1 O que são sistemas econômicos?	29
2.2 Questões que devem ser resolvidas em cada tipo de sistema econômico	29
2.3 Os sistemas econômicos na atualidade	30
2.4 Externalidades que afetam o livre funcionamento das economias baseadas nos livres mercados de bens e serviços e de fatores de produção	34
2.5 Diferentes sistemas econômicos ao longo da história	36
2.6 Sistemas baseados na tradição	36
2.7 Sistemas baseados no comando	37
2.8 Sistemas baseados no mercado	38

Unidade II

3 DEMANDA, OFERTA E EQUILÍBRIO DE MERCADO	43
3.1 A demanda por bens e serviços	43
3.2 A oferta de bens e serviços	48
3.3 O equilíbrio de mercado	50
3.4 As elasticidades da demanda e da oferta de bens e serviços	53
3.5 Elasticidade-preço da demanda	54
3.6 Elasticidade-preço cruzada da demanda	59
3.7 Elasticidade-renda da demanda	59
3.8 Elasticidades da oferta	60

3.9 Outras aplicações do conceito de elasticidade	61
3.10 Medidas de elasticidade de alguns produtos	62
4 AS ESTRUTURAS DE MERCADOS	63
4.1 Que papel os mercados desempenham na economia?	63
4.2 Os grandes mercados da economia	64
4.3 Mercados em concorrência perfeita.....	65
4.4 Mercados monopolistas.....	66
4.5 O oligopólio	70
4.6 Concorrência monopolística.....	72
4.7 Mercados com forte concorrência pelo lado do consumidor.....	72
4.8 A matriz de Stackelberg.....	73

Unidade III

5 INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA.....	79
5.1 Medição do produto nacional.....	82
5.2 Identidade entre produto, despesa e renda nacional.....	83
5.3 Valor bruto da produção e valor agregado.....	86
5.4 Demais medidas agregadas.....	88
5.5 Indicadores de crescimento e de desenvolvimento econômico.....	90
5.5.1 Medidas de crescimento: o PNB e o PIB	90
5.5.2 Medidas de desenvolvimento: IDH, Curva de Lorenz e Índice de Gini.....	92
5.6 O papel do Estado na atividade econômica	97
5.6.1 Falhas de mercado.....	97
5.6.2 Funções do governo	108
5.6.3 Políticas macroeconômicas e seus instrumentos.....	112
6 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ECONOMIA MONETÁRIA.....	119
6.1 Funções e histórico da moeda	119
6.2 Da moeda aos meios de pagamento.....	123
6.3 Oferta de moeda.....	124
6.4 Demanda por moeda	131
6.5 As teorias de demanda por moeda	132
6.5.1 Teoria Quantitativa da Moeda (Fisher e Escola de Cambridge)	132
6.5.2 A teoria monetária de Keynes	137
6.5.3 Os modelos neoclássicos keynesianos.....	141

Unidade IV

7 REGIME DE METAS PARA INFLAÇÃO	150
7.1 Políticas de estabilização.....	155
8 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	157
8.1 Características de uma economia subdesenvolvida.....	157
8.1.1 Fundamentos teóricos da economia subdesenvolvida.....	161
8.1.2 Considerações acerca do modelo de substituição de importações.....	166

8.2 Características do desenvolvimento.....	170
8.3 Características do desenvolvimentismo enquanto prática e política.....	172
8.3.1 Desenvolvimentismo no pensamento econômico brasileiro	175
8.4 Breve história da economia brasileira contemporânea	177
8.4.1 De Collor a Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso	178
8.4.2 Fernando Henrique Cardoso – primeiro mandato (1995-1998)	185
8.4.3 Fernando Henrique Cardoso – segundo mandato (1999-2002)	194
8.4.4 Proximidades das eleições de 2002.....	211
8.4.5 Luiz Inácio Lula da Silva – primeiro mandato (2003-2006): a experiência do PT na presidência.....	212
8.4.6 Luiz Inácio Lula da Silva – segundo mandato (2007-2010)	220
8.4.7 Dilma Vana Rousseff – primeiro mandato (2011-2014)	225
8.4.8 Dilma Vana Rousseff – segundo mandato (2015-2016)	231

APRESENTAÇÃO

Este livro-texto traz, fundamentalmente, a discussão sobre a importância da economia para o desenvolvimento da vida na sociedade.

Na obra *A Riqueza das Nações*, Adam Smith destacava que o homem nasceu para viver de forma coletiva, fazendo as relações de trocas com outros seres humanos para atender às suas necessidades.

Como é caracterizado na obra *O Livro da Economia* (2013, p. 66):

No início do seu influente livro *A Riqueza das Nações*, Smith explica as diferenças entre a produção de uma coisa realizada por uma pessoa em todas as etapas e aquela realizada por diversas pessoas com uma tarefa para cada uma. Em 1776, Smith notou que se um homem faz um alfinete passando por todas as etapas necessárias ele "talvez não faça um alfinete em um dia". Mas, ao dividir o processo entre diversos homens, cada qual se dedicando a uma só etapa, muitos alfinetes seriam feitos em um dia.

É o contexto da divisão do trabalho, que é utilizado como importante referência para que se entenda o aumento da produtividade na sociedade.

Na primeira parte do livro-texto, trataremos das questões relativas aos conceitos básicos e à microeconomia, que é o estudo do comportamento dos agentes econômicos e das funções básicas relacionadas com a produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Assim, serão apresentados assuntos como:

- conceitos básicos de Economia;
- o problema econômico, concretizado no conflito entre as necessidades ilimitadas dos agentes econômicos e os recursos disponíveis para o seu atendimento;
- as leis da demanda e da oferta e as condições de obtenção do equilíbrio de mercado, entre preços e quantidades;
- os diferentes tipos de bens e serviços;
- as variadas estruturas de mercados.



Observação

Incluiremos modelos que, apesar de simplificados, têm forte conteúdo explicativo dos diferentes fenômenos econômicos.

Subsequentemente, serão estudados os assuntos e variáveis que afetam de forma global a economia de uma região ou país, a chamada macroeconomia, para que assimilamos temas como:

- crescimento e desenvolvimento econômico;
- moeda e inflação;
- consumo e investimento agregados;
- desemprego;
- câmbio e balanças comerciais, de transações correntes e de pagamentos.

O texto provoca a reflexão sobre os tópicos relacionados com economia, em confronto com a atual realidade vivida pelas diferentes sociedades.

Você perceberá a relevância do conhecimento e da utilização dos conceitos trazidos pela economia, não só para o seu dia a dia como para os planos de crescimento.

Definitivamente já se foi o tempo em que a economia era considerada um assunto de interesse basicamente de pessoas ligadas ao mundo dos negócios, finanças ou que tenham atuação em unidades de governo.

Basta ver a profusão de notícias e informações nos diferentes tipos de mídias (escrita, falada etc.) abordando fatos e repercussões econômicas.

É vital sabermos os tipos de mercados nos quais nós e nossas empresas estamos atuando.

O que podemos esperar em termos de tópicos fundamentais para o nosso próprio desenvolvimento, como desemprego, inflação, crescimento da renda etc.?

Os assuntos rivalizam em interesse com os de outras esferas do conhecimento humano.

À medida que você conhecer melhor a Economia, perceberá que ela se relaciona com um grande conjunto de conceitos e informações de outras ciências, como Política, Ciências Sociais, Filosofia, Matemática, Estatística, Administração, Psicologia, Direito etc.

Esperamos que esta disciplina e, particularmente, este livro-texto possam ser de muita valia na discussão dos tópicos de economia.

INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade, não passavam despercebidos os estudos de economia. Vejamos o excerto da matéria do *Diário de Notícias*:

Discípulo de Platão, Aristóteles distinguiu as finanças da gestão doméstica e do comercial, tomando o dinheiro como unidade de troca. De acordo com a teoria aristotélica, as finanças eram naturais porque implicavam a aquisição de bens para garantir a autossuficiência, tendo em conta as necessidades práticas; ao passo que a gestão doméstica e o comércio permitiam alcançar a riqueza como um fim, sem limites (DN, 2011).

Assim como ocorreu com outras ciências, as mudanças trazidas pelas revoluções sociais e técnicas, entre as quais podemos destacar a Comercial e a Industrial, a partir do século XVI até a segunda metade do século XVIII, trouxeram uma nova dimensão aos estudos de economia.



Saiba mais

A publicação do livro *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1776) é considerada como um marco do surgimento da economia moderna.

Afinal, o que é economia?

Wessels (2010, p. 9) indica:

Economia é o estudo de como as pessoas tomam decisões em face da escassez e, por sua vez, coordenam suas decisões por meio dos preços. Procura explicar o mistério de como indivíduos que nunca se comunicam diretamente entre si, que podem estar vivendo em lados opostos do mundo e que podem nem mesmo gostar uns dos outros se vierem a se conhecer, ainda são capazes de produzir e trocar os bens que cada um deseja. Ela procura examinar como bilhões e bilhões de decisões são tomadas de forma independente e, no entanto, são reunidas no mercado em uma forma harmoniosa e coordenada.

É imediata a associação com o uso mais comum do termo, que identifica procurar gastar menos do que o que fazemos ou fazíamos no passado. A associação, aqui, é com a palavra **economizar**.

Contudo, a necessidade de menor utilização de recursos, sobretudo financeiros, cobre apenas uma faceta do estudo dessa ciência.

A palavra-chave para entender o que é objeto do estudo em economia é **escassez**, quando não temos à nossa disposição tudo o que desejamos.

Essa escassez, portanto, faz com que tenhamos de fazer escolhas, entre outras, a respeito do que produzir e consumir.

Tais escolhas (e suas correspondentes restrições) configuram o que obtemos em termos de economia e que tipo de atendimento é prestado aos agentes sociais.

Entre as restrições que direcionam as escolhas dos agentes econômicos, podem ser entendidas as limitações financeiras, legais, de informação etc.

Guimarães e Gonçalves (2010, p. 184) indicam:

Economia é a ciência que estuda como os recursos escassos das sociedades são alocados tendo por base as decisões individuais de consumidores, trabalhadores, firmas etc. [...] é a ciência que analisa as escolhas individuais e suas interações.

No decorrer do texto, veremos explicações mais detalhadas sobre essas escolhas.

É preciso ressaltar a grande interação da Economia com os conhecimentos trazidos por outras ciências, como Administração, Filosofia e História. Temos um ótimo exemplo com a Política, que reflete momentos de crises, e assim uma ciência influencia a outra.

No período da pré-economia, anterior ao desenvolvimento da Revolução Industrial (desde o século XVIII), a atividade econômica era vista como parte integrante da Filosofia, Moral e Ética. Tal característica predominou durante toda a Idade Média.

Iniciou-se o estudo sistemático de economia a partir dos grandes avanços nas áreas de Física e Biologia (séculos XVIII e XIX):

- concepções organicistas: considerando funções, circulação, fluxos.
- concepções mecanicistas: relacionadas com as leis da Física, por exemplo, estática, dinâmica, aceleração, velocidade, forças etc.

Desenvolveu-se, posteriormente, a concepção humanística, admitindo maior impacto dos motivadores psicológicos da atividade humana e reforçando a característica da economia como uma ciência social.

A pesquisa histórica facilita a compreensão do presente e auxilia nas expectativas para o futuro.

A Economia tem muita influência no desenrolar dos fatos históricos. Mantém forte conexão com a Geografia, no trato das condições geoeconômicas dos diferentes mercados, concentração espacial dos fatores de produção, localização de empresas etc. Além da Política, interage com o Direito, haja vista as normas jurídicas estarem ligadas ou pautadas em razões de cunho econômico. A Economia se vale da Matemática e da Estatística, notadamente para a elaboração de previsões e para constatar adequação dos fatos às hipóteses formuladas pelas teorias econômicas.

Unidade I

1 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA

1.1 Muito mais necessidades do que recursos para atendê-las

O confronto entre as necessidades infinitas reveladas pelos desejos dos agentes econômicos e a disponibilidade de recursos que se dispõem para atendê-las constitui o chamado **problema econômico**.

Surge, pois, o fenômeno da escassez, que é, nos dias atuais, cada vez mais presente nas preocupações dos seres humanos.

Quando se analisa, por exemplo, a questão do meio ambiente, irrompe a discussão dos meios que precisamos adotar para mantê-lo à disposição das futuras gerações – estamos destruindo as matas, reduzindo a diversidade etc.?

Sandroni (1999, p. 419) define necessidade como:

Exigência individual ou social que deve ser satisfeita por meio do consumo de bens e serviços. Para viver e reproduzir-se, o homem tem necessidades ligadas à alimentação, vestuário, moradia, educação e lazer. Algumas dessas necessidades (como a de alimentar-se) são de origem natural e biológica, enquanto outras são determinadas pela sociedade (como a educação). O meio social atua sobre as necessidades biológicas: a forma de atender à necessidade de comer, por exemplo, é dada socialmente pela tradição de hábitos alimentares. Há, ainda, necessidades individuais impostas pela ocupação e pela camada social à que pertence o indivíduo. De um modo geral, para sobreviver biológica e socialmente, o homem precisa de coisas tão diversas como pão, carne, casa, roupa, escolas, hospitais, ônibus, navios e trens. Essas coisas em economia são chamadas bens e são produzidas socialmente pelo conjunto dos homens, por meio do seu trabalho, em relação com a natureza. A satisfação das necessidades sociais não é algo natural e imediato, como ocorre em relação ao ar que se respira...

São vários os estudos a respeito das necessidades, considerando-as fundamentalmente como individuais e coletivas.

Estudando os fatores que interferem na motivação dos indivíduos, o psicólogo norte-americano Abraham Maslow hierarquizou as necessidades, da base ao topo de uma pirâmide, representando-as do seguinte modo:

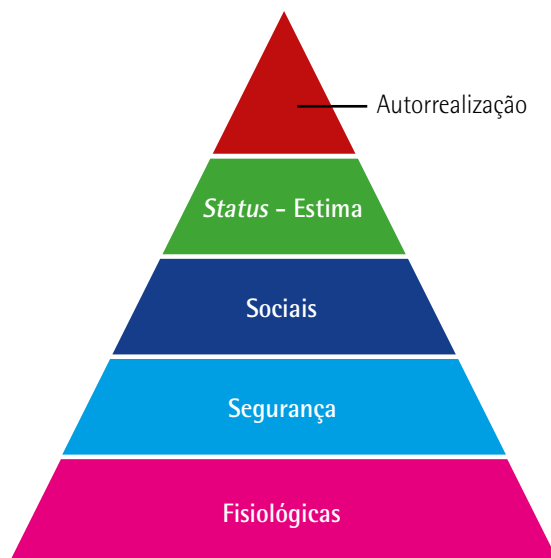


Figura 1 – Hierarquia das necessidades de Maslow

Entre as **necessidades fisiológicas** (da base da pirâmide), temos alimentação, sono, abrigo etc. Uma vez que estas são atendidas de forma geral, passa-se para as de **segurança**, como a proteção contra violências, preservação da saúde, manutenção de emprego como garantia de obtenção de recursos financeiros etc. Temos, a seguir, as **sociais**, como é o caso de formação e manutenção de amizades, aceitação em novos grupos, intimidade sexual e outros. Como **necessidades de status e estima**, podemos destacar: autoconfiança, reconhecimento, conquista e respeito dos outros. No topo da pirâmide, estão as necessidades de autorrealização, envolvendo o atendimento de aspectos como moralidade, criatividade, espontaneidade, autodesenvolvimento e prestígio.

É vital ressaltar que não há uma relação de transição direta de uma categoria para outra nesta pirâmide, com a cobertura total das necessidades das faixas inferiores.

De fato, são perenes as necessidades dessas várias subdivisões. A transição para a categoria superior significa que as necessidades anteriores foram (ou estão sendo) atendidas, ainda que não em sua plenitude, mas em ritmo suficiente para justificar uma menor preocupação dos indivíduos, propiciando as preocupações com as das categorias superiores.



Saiba mais

Mais detalhes a respeito da hierarquia de necessidades de Abraham Maslow podem ser obtidos na seguinte publicação:

LA PIRÁMIDE de Maslow: conozca las necesidades humanas para triunfar (Gestion & Marketing). Espanha: 50Minutos, 2016.

Referências a esse modelo são disponíveis em vários escritos sobre ciências humanas, não somente os que se referem ao estudo de Economia, mas também Psicologia, Sociologia etc.

O atendimento às necessidades descritas dá-se com o acesso a bens e serviços.

1.2 Bens para a satisfação das necessidades

As necessidades não precisam ser atendidas exclusivamente pelos bens econômicos, isto é, os que possuem preço e são negociados nos diferentes mercados.

Há, também, os bens livres, disponíveis aos agentes econômicos, como o ar, mencionado anteriormente por Sandroni (1999).

De forma geral, os bens livres existem na natureza em quantidade superior à necessária para a satisfação de todas as carências dos indivíduos.

Os bens econômicos, diferentemente dos livres, são escassos, na maioria dos casos.

É ainda Sandroni (1999, p. 419) que explicita: "[...] O que determina isso [condição de escassez] é o nível de desenvolvimento de uma sociedade e a forma como é distribuída a riqueza social produzida pelo conjunto da população".

Os bens – e serviços – econômicos são classificados em diferentes tipos e categorias em razão de algumas variáveis, por exemplo:

- sua natureza (tangível ou intangível);
- sua função (condições de utilização):
- sua duração.

Temos, então, os bens:

- de consumo, que procuram atender a necessidades como alimentação, vestuário etc.;
- de capital, voltados à produção de outros bens, finais, incluídos os diferentes tipos de insumos e matérias-primas, suprimento de energia etc.

Utilizamos fatores (ou recursos) para a obtenção dos bens econômicos.

1.3 Os variados fatores de produção

Na economia, recurso pode ser entendido como algo que pode ser utilizado na produção de determinado bem ou serviço.

Tais recursos são classificados como:

- Terra:
 - Compreende os recursos naturais.
- Trabalho:
 - Refere-se ao conjunto de atributos humanos produtivos, incluídos os de natureza intelectual.
- Capital:
 - Tratam-se dos equipamentos, máquinas ou instalações que permitem a produção de bens e serviços. Vemos este tipo de recurso subdividido em suas diferentes concepções, como capital físico, financeiro, humano etc.
- Capacidade empresarial:
 - Esta categoria foi adicionada recentemente às três anteriores, oriundas dos estudos clássicos, significa os esforços de coordenação dos recursos e os esforços relacionados com as diferentes formas de empreendedorismo na sociedade.

A tecnologia, de modo geral, é responsável pelo desenvolvimento dos recursos produtivos e mede a eficiência de sua utilização. Ela é, muitas vezes, admitida como outro recurso de produção, embora seja melhor entendê-la como sintetizadora dos demais, tal como ocorre com a capacidade empresarial.

Os recursos de produção são também denominados fatores de produção.

Sandroni define os fatores de produção como:

Elementos indispensáveis ao processo produtivo de bens materiais. Tradicionalmente, desde Say [economista clássico], são considerados fatores de produção a *terra* (terras cultiváveis, florestas, minas), o *homem* (trabalho) e o *capital* (máquinas, equipamentos, instalações, matérias-primas). Atualmente, costuma-se incluir mais dois fatores: *organização empresarial* e o *conjunto ciência-técnica* [...]. De modo geral, os fatores de produção são limitados e, por isso, eles se combinam de forma diferente conforme o local e a situação histórica (SANDRONI, 1999, p. 235, grifo do autor).

A propósito da diversidade indicada, o autor indica que na moderna agricultura o emprego de máquinas diminui o peso relativo específico dos fatores terra e trabalho. No período que define como manufatureiro, sobressaía-se o fator trabalho, visto que a produção era mais artesanal, sendo substituído pelo capital na nova configuração produtiva.

A maneira como são distribuídos os fatores de produção é determinante para a fixação e o desenvolvimento das teorias de custos de produção, afetando a produtividade e, conseqüentemente, a rentabilidade das empresas.



Lembrete

Em qualquer situação, é importante sempre lembrar o problema econômico, representado pelo confronto entre as necessidades e os recursos disponíveis para o seu atendimento.

Nesse contexto, é essencial apresentar a diferença entre os conceitos de valor-trabalho e valor-utilidade. No primeiro caso, o valor de um bem ou serviço é formado a partir dos custos da mão de obra incorporada ao bem, e o valor do bem é constituído pelo lado da oferta. Já o segundo é aquele em que o valor de um bem ou serviço é formado com base na satisfação que proporciona ao consumidor e é, pois, determinado pela demanda.

Antes de prosseguirmos, vamos apreender quem são os agentes econômicos.

1.4 Os agentes que atuam na economia

Para assimilarmos as funções e transações desempenhadas por esses diferentes e variados atores, vamos subdividi-los em:

- Famílias.
- Empresas.
- Governo.
- Setor externo.

Admitamos, genericamente, o seguinte: enquanto as **empresas** são responsáveis pela geração de bens e serviços, em qualquer segmento de atividade (indústria, comércio etc.), as **famílias** englobam os agentes consumidores, isto é, são elas que detêm a posse dos fatores de produção, necessários às empresas para a criação de bens e serviços.



Observação

O termo famílias pode incluir qualquer número de agentes, sendo até mesmo um.

O **governo**, representado por todos os seus integrantes, pela sua importância e interferência nas atividades dos agentes empresas e famílias, é tratado em um item separado. O mesmo ocorre com o conjunto de atores que se associam com o **setor externo** da economia, isto é, nas suas relações com o resto do mundo.

O fluxo circular da renda/riqueza (figura a seguir), em sua versão simplificada, procura demonstrar a interação dos agentes empresa e família ao participar dos mercados de bens e serviços e de fatores de produção.

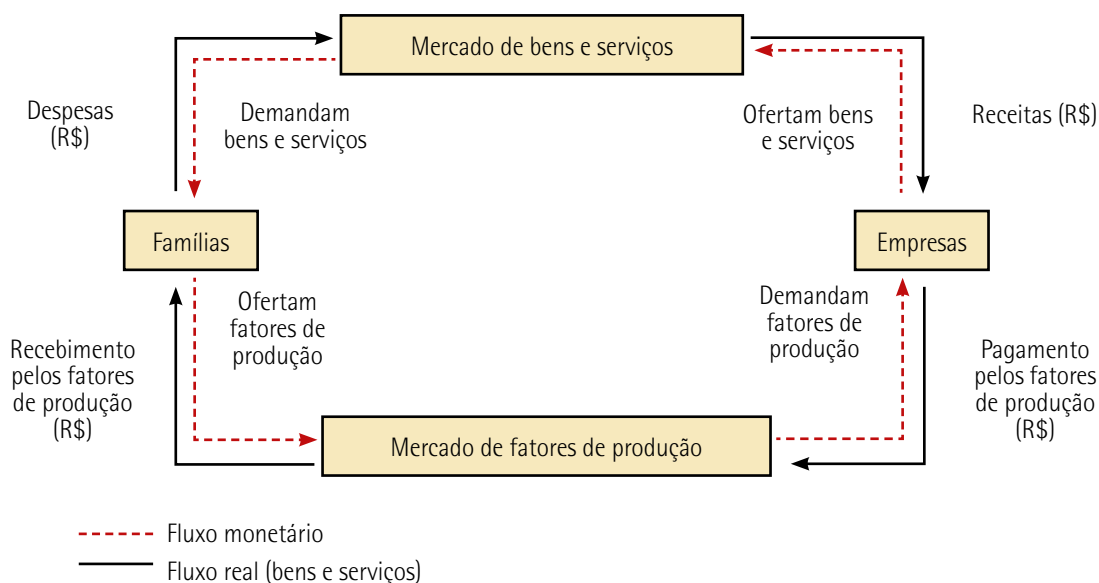


Figura 2 – Fluxo circular da renda/riqueza em uma economia

Esse diagrama revela a interação de dois tipos de fluxos fundamentais: **reais** e **monetários**.

No primeiro caso, ocorre a troca física entre bens e produtos *versus* fatores de produção. No outro, dá-se a transferência de valores monetários (dinheiro) entre os agentes.

No fluxo real, determinada família requer diversos itens para sua sobrevivência (como alimentos, vestiário e serviços em geral – água, gás, energia etc.). Para isso, deve ir ao mercado de bens e serviços, negócio no qual as empresas oferecem seus produtos necessários à cobertura das necessidades das famílias.

Todavia, para que possam produzir esses bens e serviços, as empresas precisam obter fatores de produção (terra, trabalho e capital), dirigindo-se a esse específico mercado.

A troca de determinado bem ou serviço ou de fator de produção requer o emprego de dinheiro, que explica as respectivas interações reveladas pelos fluxos monetários.

1.5 A convivência com a escassez

Os economistas desenvolveram modelos simplificados, que procuram, muitas vezes, com o auxílio de gráficos, demonstrar os fenômenos fundamentais da Economia.

Uma dessas referências é a chamada Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP), também conhecida como Curva de Possibilidades de Produção (CPP).

Nesse modelo, procura-se acentuar as variações na realização de dois produtos (ou ainda de dois conjuntos de produtos), concebendo que os fatores de produção são alocados de forma diferenciada.

O modelo admite, pois, o que varia, considerando-se o melhor uso – mais eficiente – com base na tecnologia vigente – dos recursos de produção.

Vamos evidenciar a lógica do modelo indicando alternativas de produção de dois tipos fundamentais de bens: vestuários e armamentos.

Iniciamos com a produção totalmente voltada para vestuários. Neste caso, a Economia, em seu atual patamar de tecnologia, poderia executar cem toneladas de vestuários, concebendo-se que todos os recursos estivessem voltados para a geração desses bens.

A decisão de também passar a produzir armamentos faria com que houvesse o deslocamento do emprego dos recursos (fatores) de produção existentes na Economia.

Então, cada vez mais os recursos precisariam ser transferidos da produção de vestuários para a de armamentos. Com isso, aumentaríamos a produção deste último tipo de bem e, em contrapartida, abdicaríamos da execução do primeiro (vestuário).

Essa remoção oferece diferentes impactos, dependendo do estágio de produção e da tecnologia predominante na Economia.

Se considerarmos, por exemplo, o fator trabalho, é certo que cada aumento de produção de armamentos ocorrerá às custas de um deslocamento cada vez maior de pessoal, antes empregado no setor de vestuário.

Uma explicação vital para isso é a seguinte: à medida que o processo avança, cada vez mais são transferidos recursos de menor produtividade – primeiro, são selecionados os trabalhadores mais hábeis.

Para ilustrar esse fenômeno, vamos admitir, por hipótese, seis alternativas de produção (de A a F) dos diferentes tipos de bens, em certa economia, à luz da tecnologia vigente:

Tabela 1 – FPP (Fronteira de Possibilidades de Produção)

Alternativa de produção	Produção de vestuários (em toneladas)	Produção de armamentos (em toneladas)
A	100	0
B	80	40
C	60	50
D	40	60
E	20	70
F	0	75

Avaliando a tabela, deve-se considerar que nessas comparações podem ser diferentes as unidades de produção dos bens ou conjuntos de bens, que, no exemplo, foram admitidas (igualmente) como toneladas.

Exibimos a seguir um gráfico cartesiano que permite melhor visualização dessas combinações de produção:

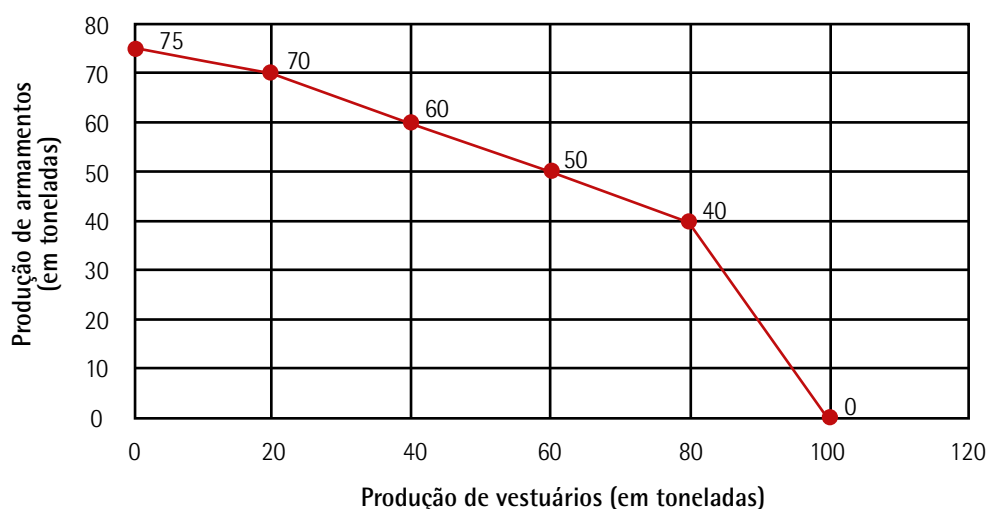


Figura 3 – Curva de possibilidades de produção (CPP) em uma hipotética economia



Observação

Percebe-se uma relação inversa (sobe um, desce outro) entre as quantidades possíveis de serem produzidas nessas alternativas. Constata-se, também, que o declínio não ocorre à mesma taxa de substituição entre eles, revelando a situação de cada particular estágio de produção.

As alternativas (A a F) mostram desde os extremos – produção de apenas em um bem e nada de outro – até as variações entre elas. Essas alternativas estão refletidas em cima da curva, na qual ocorrem as possibilidades de uso eficiente dos recursos produtivos.

Este modelo de gráfico, denominado cartesiano, homenageia seu criador, René Descartes. Mostra o relacionamento entre duas variáveis: uma medida no eixo vertical, no nosso caso, a quantidade (toneladas) de vestuários, e outra no horizontal, ou seja, a quantidade (toneladas) de armamentos.

Usualmente, tais eixos refletem os efeitos de uma variável explicativa (normalmente demonstrada no eixo x – horizontal) em outra, explicada pelo eixo y – vertical.

René Descartes foi o maior expoente do chamado racionalismo clássico – movimento de reação ao período do Feudalismo (quando era muito forte e dominante a lógica religiosa) do qual participaram, entre outros, filósofos como Francis Bacon, Blaise Pascal, Thomas Hobbes, Baruch Spinoza, John Locke e Isaac Newton.



Saiba mais

Descartes lançou as bases do pensamento que viria modificar toda a história da Filosofia com a seguinte obra:

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Saraiva, 2005.

Como foi indicado, as opções/alternativas de produção refletidas "em cima da curva" são as que admitem, em todos os casos, o uso mais eficiente dos recursos e da tecnologia vigente na economia.

Seguindo na análise, vamos admitir, porém, uma alternativa que denominaremos H e que consiste na combinação de 40 toneladas de armamentos e de 40 de vestuários.

O gráfico a seguir demonstra o posicionamento desse ponto, no espaço entre a curva e os eixos, horizontal e vertical.

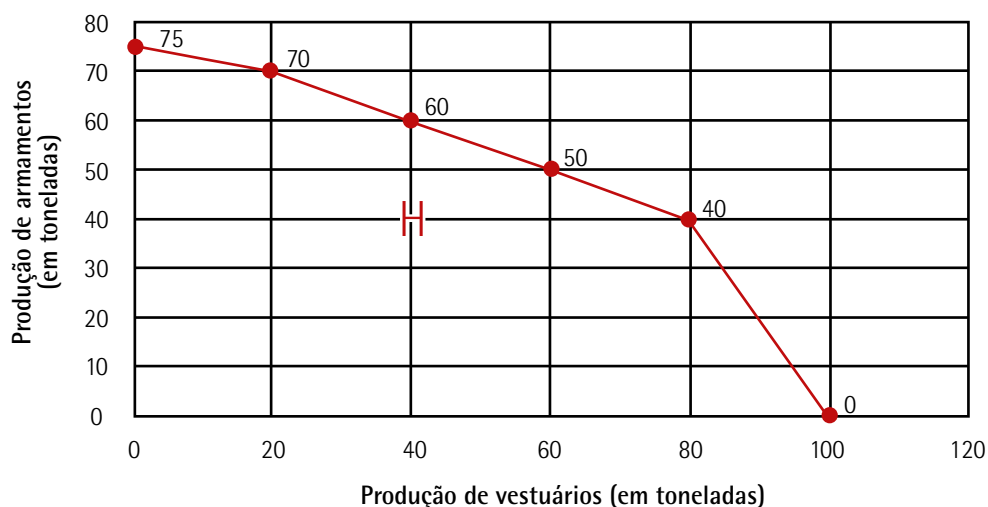


Figura 4 – Ponto interno à CPP (Curva de Possibilidades de Produção)

Neste caso, será uma alternativa situada abaixo da curva e, portanto, ineficiente, em termos de utilização de recursos, visto que poderíamos aumentar a quantidade de um ou de outro conjunto de bens, mantido, por exemplo, o outro constante, isto é, podemos obter:

- 40 toneladas de armamentos e 80 de vestuários, empregando-se de forma eficiente os recursos disponíveis para a produção dos dois bens;
- 60 toneladas de vestuários e 40 de armamentos.

No ponto H (do gráfico), a Economia estará trabalhando com menor eficiência do que lhe é permitido pela tecnologia vigente.

Essa situação pode ser constatada em conflitos, guerras, cataclismas – naturais, orientações inadequadas de condução da economia etc., que, por sua vez, refletem menor crescimento econômico.

A análise prossegue com o estudo do ponto J (gráfico a seguir), que consiste na combinação de 70 toneladas, tanto de armamentos quanto de vestuários.

Esse ponto situa-se acima da curva prevista pelo gráfico, por isso é inatingível no atual estágio de tecnologia dessa economia. O ponto somente poderá ser alcançado com o deslocamento de toda a curva, por exemplo, em razão de maior absorção de tecnologia pela sociedade. Tal deslocamento faria com que o ponto J fosse incluído em cima da nova CPP.

O gráfico a seguir destaca o posicionamento desse ponto – acima da CPP.

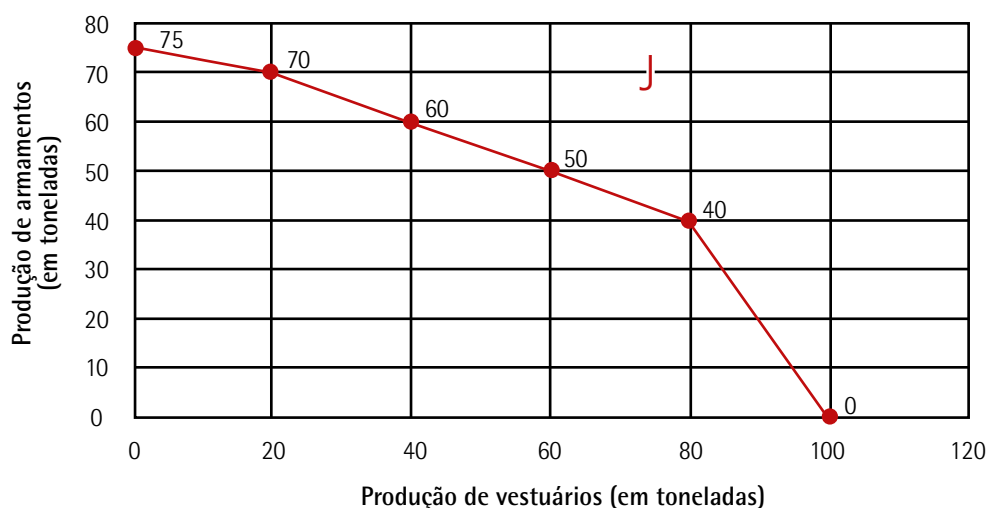


Figura 5 – Ponto externo à CPP (Curva de Possibilidades de Produção)



Observação

Os efeitos das mudanças em variáveis dentro de um gráfico cartesiano serão mais bem explicadas neste livro-texto quando abordarmos os gráficos de demanda e de oferta de bens e serviços.

Concluindo, a CPP (ou FPP) revela os efeitos de nossas decisões de uso de recursos de produção.

1.6 Os rendimentos decrescentes

Outro modelo usual em Economia é a Lei dos Rendimentos Decrescentes. Trata, como no caso da CPP, dos efeitos das escolhas entre diferentes alternativas, por exemplo, de produção de bens e serviços em determinada economia.

Costuma-se demonstrar os efeitos dessa lei natural admitindo-se, em diferentes alternativas de produção, o emprego de quantidades adicionais de um fator necessário à produção de determinado bem ou serviço.

O uso de alternativas de produção agrícola oferece uma boa visualização desses efeitos.

A tabela hipotética apresentada a seguir indica diferentes quantidades que podem ser produzidas de determinado bem ou serviço – vamos usar como exemplo a produção de milho – sempre que se altera o número de trabalhadores.

Tabela 2 – Lei dos Rendimentos Decrescentes

Número de trabalhadores	Toneladas produzidas de milho
10	100
11	110
12	118
13	100
14	90

Inicialmente, com dez trabalhadores, conseguimos obter uma produção de cem toneladas de milho. Se acrescentarmos mais um trabalhador (ou seja, 11), chegaremos à produção de 110 toneladas do cereal. Nesses dois casos, verifica-se que é mantido o mesmo rendimento por trabalhador (cada um, em média, produz 10 toneladas).

Empregando-se, por exemplo, mais um trabalhador (o 12º), a produção total de milho em toneladas salta para 118. Contudo, verificamos que esse rendimento médio diminui com o acréscimo desse novo trabalhador, passando a ser de aproximadamente 9,83 toneladas, isto é, $118/12$.

E o experimento assim prossegue. Com mais um trabalhador (o 13º), retornamos à produção inicial de 100, reduzindo, dessa vez de forma mais drástica, o rendimento médio por trabalhador para cerca de 7,69 toneladas.

Note que já tínhamos esse total (100 toneladas de milho) quando dispúnhamos, no início do exemplo, de dez trabalhadores.

O administrador da fazenda perceberá que não adiantou ter acrescido seus custos com salários e encargos sociais para remunerar esses três trabalhadores contratados depois do início da empreitada. Pelo contrário, agora seu lucro será inferior àquele que obteria se tivesse mantido o número anterior de empregados.

Se prosseguirmos com o exemplo, a situação fica ainda pior com a seleção do 14º trabalhador nessa produção. Tal equipe consegue produzir um total de 90 toneladas – o que é menos até do que inicialmente se obtinha com o emprego de apenas dez pessoas.

Passamos, a partir desse ponto, mantidas as condições de produção, por exemplo, área ocupada, tecnologia etc., a contar com rendimentos médios cada vez mais negativos. Ora, isso não justifica o aumento do número de empregados, pois os lucros do fazendeiro seriam severamente afetados, até transformando-se em prejuízo.

Afinal, será cada vez menor a receita pela venda do milho e maior o custo com o emprego dos trabalhadores. Esse contexto nos conduz ao fenômeno dos valores marginais, que estudaremos a seguir.

1.7 Pensamento na margem

A preferência por uma alternativa, como no exemplo descrito anteriormente, associa-se à variação dos valores marginais.

Entendemos valores marginais como as receitas ou os custos, conforme o caso, fixados pela mudança à variação adicional de um recurso produtivo.

Nesse exemplo anterior, que procura mostrar o efeito da Lei dos Rendimentos Decrescentes, somente até certo ponto vale a pena contratar mais trabalhadores com o objetivo de aumentar os rendimentos (receitas) auferidos na produção de milho.

A tabela daquele exemplo pode ser visualizada também no gráfico a seguir, que acentua a produção obtida com um número diferenciado de trabalhadores.

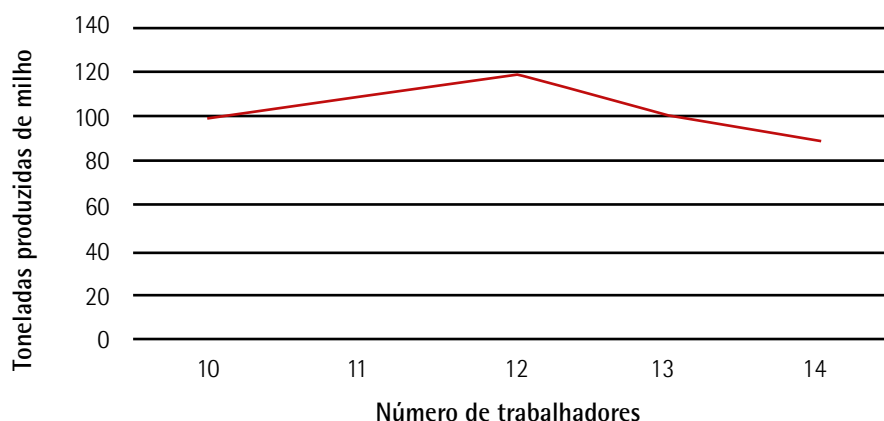


Figura 6 – Rendimentos decrescentes na produção de milho

O gráfico revela um crescimento cada vez menor das receitas à medida que aumenta o número de trabalhadores atuando na produção de milho. Desse modo, vimos que nem sempre vale a pena contratar mais trabalhadores. Esse ponto será aquele no qual a receita marginal (adicional) por unidade cresce mais do que o custo marginal decorrente da contratação de trabalhadores.

Afinal, não há razão para diminuirmos nosso lucro com o acréscimo de uma unidade adicional em nossos custos que supere o que podemos receber como rendimento.

Os economistas pensam de forma marginal sempre que estão à procura de selecionar as melhores alternativas de empregos de recursos, que são escassos em relação às necessidades dos agentes econômicos.

1.8 O custo de oportunidade

Refere-se ao que deve ser sacrificado para que se obtenha algo diferente.

Para ilustrar esse conceito, vamos considerar o custo de oportunidade para melhorar a educação de um indivíduo.

Quando se decide aumentar o número de horas dedicado ao estudo, com o fito de obter um melhor resultado nas avaliações, um ou mais objetivos são sacrificados, por exemplo, a disponibilidade em termos de horas de lazer, praticar esportes, assistir a vídeos, filmes etc.

O custo de oportunidade, porém, difere de um para outro indivíduo (ou agente econômico).

Pensando em termos macroeconômicos (do país como um todo, por exemplo), se uma nação decide produzir mais unidades de certos bens, deve estar atenta ao sacrifício representado pela impossibilidade de criar outros bens alternativos.

Esse conceito é diretamente vinculado à Lei dos Rendimentos Decrescentes, já exposta neste livro-texto. Trata-se de uma relação básica entre escassez e escolha.

Pode ser visto como a diferença entre o retorno (benefício) auferido com a alternativa escolhida em comparação com o que se conseguiria com outra abandonada – é o custo da renúncia.

Esse custo é usualmente calculado em confronto com o da melhor alternativa que foi preterida pela opção realizada.



Lembrete

Novamente, lembre-se, o conflito entre os recursos e sua possibilidade de atendimento às necessidades é o cerne do chamado **problema econômico**.

Analisando financeiramente, destacamos o seguinte exemplo: se decidirmos ser sócios de uma nova empresa, é importante avaliar o custo de oportunidade do emprego do capital na melhor opção conhecida entre as que foram abandonadas, refletidas, por exemplo, na lista de opções de obtenção de rendimentos em diferentes aplicações financeiras ou atividades. Caso a rentabilidade esperada pela participação na nova empresa seja, digamos, de 10% ao ano, e entre as alternativas à disposição haja uma que ofereça, digamos, 9% no mesmo período, este será o custo de oportunidade de nossa escolha.

É certo que a escolha, não necessariamente como foi relatada neste exemplo, é feita exclusivamente para a alternativa que apresente perspectivas de melhor rendimento financeiro. Afinal, há um grande número de outras variáveis, econômicas ou não, que podem ter justificado a nossa escolha, por exemplo, a expectativa de menores riscos, menor tempo dispendido etc.

O analista Ramiro Gomes Ferreira, ao tratar de alternativas de aplicações de recursos financeiros, menciona:

Algumas decisões [...] são mais fáceis de serem tomadas.

Outras, porém, exigem cuidado e planejamento, em especial quando estamos falando de dinheiro e tempo.

Ao decidir por uma das alternativas, você automaticamente deixa de escolher a outra.

Isso significa que você renunciou aos benefícios de uma decisão em detrimento de outra.

É exatamente aí que entra o conceito de custo de oportunidade (FERREIRA, 2017).

2 SISTEMAS ECONÔMICOS

2.1 O que são sistemas econômicos?

Os sistemas econômicos são estudados por uma divisão da economia que analisa os métodos e instituições pelas quais as sociedades determinam a propriedade, a direção e a alocação dos recursos econômicos e suas respectivas trajetórias de desenvolvimento econômico.

Em linhas gerais, o sistema econômico representa a forma organizada de uma sociedade para o desenvolvimento de suas atividades econômicas.

Entre os elementos que caracterizam um sistema econômico, podem ser considerados:

- tipo de propriedade;
- forma de gestão da economia;
- processos de produção e circulação e consumo de mercadorias;
- divisão do trabalho e *status* tecnológico da economia.

No conjunto dos elementos básicos de um sistema econômico, identificamos:

- disponibilidade de recursos produtivos: humanos (trabalho braçal, intelectual e capacidade empresarial), capital, reservas naturais e a tecnologia;
- unidades de produção;
- instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais.

2.2 Questões que devem ser resolvidas em cada tipo de sistema econômico

De forma geral, todo e qualquer sistema econômico procura respostas às seguintes indagações básicas:

- O que e quanto produzir?

Esta questão relaciona-se com o problema fundamental da escassez de recursos, já exemplificado neste livro-texto.

É importante que se consiga produzir em obediência à Curva de Possibilidades de Produção (CPP) da economia, cujo modelo abordamos aqui.

Assim, deve-se produzir de modo eficiente consoante o nível da tecnologia e as escolhas propostas pela sociedade.

- Como produzir?

Retratamos nesta obra um tópico diretamente relacionado com o estágio da tecnologia na respectiva sociedade, podendo escolher alternativas mais ou menos intensas em trabalho ou em capital.

De qualquer forma, devem ser constantemente procurados métodos e alternativas que tornem máxima a eficiência produtiva.

- Para quem produzir?

Este assunto é vinculado à distribuição da renda propiciada pela atuação dos agentes na respectiva economia.

Discutem-se, aqui, quais são as alternativas para a distribuição do produto gerado na economia. A eficiência distributiva deve ser maximizada para que se alcance o bem-estar material e social da coletividade.

As respostas a essas questões serão mais ou menos positivas, em cada caso, conforme o tipo de sistema econômico adotado pela sociedade.

A tabela a seguir sintetiza os focos relacionados com cada uma dessas questões:

Quadro 1 – Focos relacionados com as respostas às questões básicas da economia

Tipo de questão	Foco
O que e quanto produzir?	Econômico
Como produzir?	Tecnológico
Para quem produzir?	Social

2.3 Os sistemas econômicos na atualidade

Na atualidade, podemos distinguir a existência de três grandes opções de sistemas econômicos:

Primeiramente, há aqueles baseados em **comandos centralizados**, que estabelecem, por exemplo, o que deve ser (ou não) produzido.

Cabe também ao governo, neste caso, definir o quanto deve ser produzido. O que se pretende é o planejamento de cotas para determinados tipos de produção.

Cuba e Coreia do Norte são exemplos de nações que se valem desse tipo de sistema econômico. Comunismo ou Socialismo são termos usualmente associados com esse tipo de sistema.

Socialismo é a denominação genérica para um conjunto de teorias socioeconômicas, ideologias e políticas que objetivam eliminar as desigualdades entre as diferentes classes sociais.

Em *Utopia*, Thomas More mostra um modelo de sociedade mais justa.

As grandes dificuldades sociais, trazidas pela Revolução Industrial, incentivaram a difusão de ideias de reforma da sociedade a partir dos pensamentos de socialistas, como: Saint-Simon, Charles Fourier, Pierre Proudhon, Karl Marx e Friedrich Engels.

Tais concepções conduziram a Revolução Russa (1917) e, depois, à ex-União Soviética, que foi extinta em 1981.

A teoria socialista propõe, fundamentalmente, a inexistência de propriedade privada dos meios de produção e o controle da economia pelo Estado, visando promover uma distribuição justa da riqueza entre os agentes sociais.

Esse tipo de sistema contempla um número não desprezível de dificuldades, dadas as imensas variações de tipos e, conseqüentemente, de preços, que precisam ser definidos pelos planejadores centrais.

Quando se fala de preços, abordam-se todos os valores que identificam as remunerações dos fatores de produção, como ocorre com o trabalho.

Regulando essas remunerações, há interferência e comando do governo também no que se refere à distribuição dos rendimentos e dos produtos da economia.

Observa-se a necessidade de uma extensa burocracia capaz de atender às funções de controle desse tipo de sistema.



Observação

No período denominado Guerra Fria (pós-Segunda Guerra Mundial), houve uma exacerbação da disputa ideológica entre dois tipos de organização econômica, política e social (Capitalismo e Socialismo), sob o comando dos Estados Unidos da América e da ex-União Soviética.

Também há os sistemas pautados na **liberdade de atuação** dos agentes que participam da economia, sem a intervenção do Estado ou um comando central no estabelecimento de quantidades, preços etc. dos vários produtos componentes da economia. Capitalismo é o termo usualmente associado com esse tipo de sistema.

Vejamos suas principais características:

- propriedade privada de fatores de produção e de bens e serviços;
- liberdade de iniciativa dos agentes econômicos;

- formação de preços fixada pela própria atuação das forças e agentes de mercado;
- pequena interferência do Estado nos negócios.

Na próxima unidade, apresentaremos os conceitos relacionados com as leis da oferta e da demanda de bens e serviços, responsáveis pela formação e manutenção de preços em um sistema dito capitalista.

Neste tipo de sistema, cabe ao governo não a operação direta, uma vez que deve garantir a ação dos agentes econômicos atuando em livres mercados.

A justificativa para a atuação do governo é dada pelas chamadas externalidades, que descreveremos a seguir.

Enfim, nessa economia, o mecanismo de preços constitui a força predominante e direciona o comportamento para a definição das escolhas de produção e consumo dos diferentes agentes econômicos.

Para assimilarmos melhor suas características, o capitalismo pode ser subdividido em:

- financeiro: o grande comércio e a grande indústria são controlados com base no poderio econômico dos bancos comerciais e outras instituições financeiras;
- industrial: surgiu quando as empresas evoluíram – de manufatureiras para mecanizadas;
- internacional: a tecnologia de informação estabelece o padrão das mudanças sociais que ao longo do tempo reestruturaram o modo de produção capitalista.

Um dos fenômenos diretamente relacionados com o capitalismo é a globalização, que é descrita como a adoção de processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, política; é impulsionada pelo barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países do mundo no fim do século XX.

São várias as formas de globalização.



Observação

A globalização propicia a criação e a manutenção das empresas e instituições supranacionais. Contudo, é essencial considerar aspectos como a própria universalização dos padrões culturais, com base na homogeneização das atitudes e comportamentos que influenciam o processo de diversificação cultural entre os países e regiões.

Consoante A. Giddens, "globalização significa a intensificação das relações sociais à escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira[,] que acontecimentos locais são modelados por eventos que ocorrem a muitos milhares de quilômetros de distância e vice-versa".

Vasconcellos (2007, p. 424) define **globalização produtiva** como:

[...] produção e distribuição de valores dentro de redes em escala mundial, com o acirramento da concorrência entre grupos multinacionais. O crescimento tecnológico acelerado gerou maior eficiência produtiva e maiores condições de produtividade.

Sobre **globalização financeira**, Vasconcellos (2007, p. 424) indica:

É o processo iniciado principalmente a partir dos anos [19]80, com o crescimento do fluxo financeiro internacional baseado no mercado de capitais e dos desenvolvimento[s] dos mecanismos de diminuição de risco (derivativos, *hedge*, opções etc.). Representou uma queda do poder do sistema bancário internacional e crescimento dos chamados investidores institucionais, como os fundos de pensões.

O Capitalismo é dominante no mundo ocidental desde o fim do Feudalismo. É baseado no reconhecimento dos direitos individuais, em que toda propriedade é predominantemente privada e o governo existe para banir a ação de violência humana. Nesse sistema, o Estado depende principalmente de três órgãos: a polícia, o exército e as cortes encarregadas da aplicação de leis.

Por fim, temos os **modelos mistos**, que combinam elementos da economia de mercado e economia planejada.

Esses modelos mesclam características do Capitalismo e do Socialismo, ressalvadas importantes diferenças de regulação econômica.



Lembrete

Quaisquer modelos se defrontam com as necessidades de respostas às questões fundamentais: o que, quanto, como e para quem produzir.

A atuação do Estado é justificada notadamente no controle das externalidades da economia, cujo conceito discutiremos a seguir.

2.4 Externalidades que afetam o livre funcionamento das economias baseadas nos livres mercados de bens e serviços e de fatores de produção

Nem sempre – aliás, várias vezes – o que é bom para um agente econômico ou social não o é para outro(s).

Quando comparamos os custos e benefícios de alternativas de escolhas, computamos os que controlamos, denominados privados.

Há, porém, os chamados custos sociais, que afetam as nossas decisões econômico-financeiras e que são alheias ao nosso controle direto. São as chamadas externalidades – positivas ou negativas.

Como indicado em Gonçalves (2010, p. 325):

Quando uma empresa lança dejetos tóxicos oriundos do processo de produção em um rio, matando seus peixes e contaminando sua água, a ação gera prejuízos para a população ribeirinha que nele costuma pescar, recolher água doce ou banhar-se, e até mesmo para o cidadão que fica desagradado ao presenciar a triste cena de dejetos ou espuma química navegando rio abaixo. Há vários outros exemplos de externalidades negativas: jogar bituca de cigarro pela janela; não desligar o celular no cinema; andar no ônibus lotado sem usar desodorante; dirigir perigosamente; sair de carro em um horário de trânsito intenso (aumentando o tráfego para os que já estão tentando chegar ao trabalho); entrar no elevador e apertar o sétimo quando alguém no elevador se dirige ao décimo andar (e, portanto, é atrasado pela sua parada no sétimo); roubar, conversar alto na biblioteca; buzinar no trânsito; fumar em lugar fechado.

Em se tratando de externalidades negativas, claramente os custos sociais superam os privados e devem ser considerados no planejamento e atuação dos variados agentes econômicos.

Há, porém, as externalidades positivas[,] que, ao contrário das negativas, fazem com que os benefícios sociais superem os privados também no planejamento e atuação dos agentes econômicos.

São variados os tipos de externalidades positivas que podem ser obtidas em ações, como Gonçalves (2010, p. 331) exemplifica:

- informar-se para descobrir qual é o melhor candidato em uma eleição;
- descobrir a cura para uma doença, que ajudaria diversos indivíduos;
- doar dinheiro para instituições de caridade;
- organizar a comunidade na realização de tarefas coletivas.

Deve, pois, ser procurada a correta atribuição desses custos e benefícios sociais aos projetos e processos dos agentes privados.

É certo que a distribuição pode ser corrigida a partir de acordos ou de mecanismos previstos nos livres mercados. Todavia, muitas vezes demandam a intervenção do governo, que age aplicando impostos e multas (no caso das externalidades negativas) ou gerando subsídios (para as externalidades positivas).

A respeito das externalidades, Sandroni (1999, p. 581) comenta:

Tecnicamente, pode ser definido de várias formas: a) benefícios a pessoas ou empresas pagas pelo governo sem contrapartida em produtos ou serviços; 2) despesas correspondentes à transferência de recursos de uma esfera do governo em favor de outra; 3) despesas do governo visando à cobertura de prejuízos das empresas (públicas ou privadas) ou ainda para o financiamento de investimentos; 4) benefícios a consumidores na forma de preços inferiores[,] que, na ausência de tal mecanismo, seriam fixados pelo mercado; 5) benefícios a produtores e vendedores mediante preços mais elevados, como acontece com a tarifa aduaneira protecionista; 6) concessão de benefícios pela via do orçamento público ou outros canais [...].

Outro tipo de externalidade é refletido na necessidade de fornecimento de bens públicos.

O que esse conceito revela é o fato de existir determinados bens ou serviços que usualmente os agentes privados não se interessam em fornecer em razão de:

- altos custos;
- demora no retorno do investimento;
- outros aspectos – que justificam o que se entendia como monopólios naturais (serão estudados depois neste livro-texto).

Dessa forma, as externalidades constituem as chamadas **falhas de mercado** e justificam a participação do governo mesmo nas chamadas economias baseadas no livre funcionamento dos mercados.

A grande questão é: Em quais circunstâncias o Estado deve atuar diretamente na produção de bens e serviços para a sociedade?

Entre as características desses bens públicos, podemos citar:

- Não rivalidade: o custo marginal de provimento do bem é nulo para qualquer nível de produção.
- Não excludente: os indivíduos, independentemente de arcarem ou não com seus custos, não podem ser privados de seu consumo, como é o caso dos serviços de proteção e segurança.

Ocorre, então, o efeito-carona, no qual os indivíduos não têm incentivo para pagar o custo do fornecimento do bem ou serviço.

Em síntese, uma externalidade ocorre quando outro agente econômico (produtor ou consumidor) influencia os resultados das atividades de outro(s), o que não é precificado naturalmente pelas forças de livre atuação nos diferentes mercados. Há externalidades negativas (como a poluição) e positivas (abertura de um colégio na rua em que moro ou tenho um estabelecimento comercial).

As externalidades podem ser corrigidas através da negociação entre os próprios agentes privados ou, se isso não for possível, por decisões coletivas, via mecanismo de eleição e/ou de definição de padrões, cobrança de impostos, multas etc.

2.5 Diferentes sistemas econômicos ao longo da história

Na plataforma eletrônica da QueConceito, destacamos o seguinte:

A noção de sistema econômico existe desde que apareceram as primeiras sociedades e comunidades humanas. Isto ocorre [porque] o ser humano é o único ser vivo que conseguiu uma organização ou sistematização produtiva com fins de subsistência a curto e longo prazo. A diversificação de trabalho (isto é, o fato de que cada indivíduo se dedica a uma atividade produtiva específica), somada à noção de intercâmbio dessas produções entre diferentes regiões[,] surge com as primeiras formas humanas de sociedade e que evoluíram com o tempo.

Ao longo do tempo, várias foram as alternativas adotadas para a estruturação de um sistema econômico.

A adoção de um ou outro tipo de sistema econômico é fruto de intensa interação da sociedade, nem sempre de forma pacífica, como nos mostram as opções a seguir, extraídas dos comentários de Robert L. Heilbroner e William Milberg na obra *A Construção da Sociedade Econômica*.

Heilbroner e Milberg (2008) elegem três soluções adotadas para o tratamento do problema econômico: tradição, comando e mercado.

2.6 Sistemas baseados na tradição

Trata-se da organização econômica mais antiga e predominante até pouco tempo.

Nela, os processos de produção e distribuição de bens e serviços estão calcados em procedimentos estabelecidos, via tentativa e erro, em passado distante. Tais processos eram mantidos pelas forças dos costumes e crenças das populações.

Heilbroner e Milberg (2008, p. 27) relatam que: "Provavelmente, em suas raízes, o que encontramos é a necessidade universal dos jovens de seguirem as pegadas dos mais velhos – uma fonte profunda de continuidade social".

A responsabilidade pelo trabalho é transferida de geração para geração – de avós para pais, destes para os filhos e assim por diante. Contudo, os autores fazem o seguinte alerta: "não foi somente a Antiguidade que mostrou a tradição como elemento conservador do ordenamento produtivo na sociedade".

Mesmo hoje, é importante a força da tradição nos países menos industrializados ou desenvolvidos.

[...] independentemente do quanto as consequências da tradição concordem com nossas visões morais [no passado, ela prejudicava, por exemplo, as mulheres, quando comparadas aos homens], ou delas se afastem, temos que ver que se trata de um método eficiente de divisão [à luz da realidade vigente durante a sua implantação] daquilo que a sociedade produz (HEILBRONER; MILBERG, 2008, p. 28).

Recorrer-se aos costumes, todavia, é uma solução estática para solver os problemas de produção e de distribuição de bens e serviços na coletividade. Entre as justificativas para este argumento, pode ser citada a pouca mobilidade social entre os integrantes da sociedade e o lento processo de crescimento e de ocorrência de mudanças no tecido econômico e social.

Nesse tipo de sistema, as transformações costumam acontecer em situações de choques intensos, como guerras, epidemias ou aventuras políticas.

2.7 Sistemas baseados no comando

Neste caso, a economia é estruturada em ordens emanadas de líderes ou de setores autoritários e, tal como, no caso da tradição, suas origens se reportam a tempos remotos.

Os autores citam vários exemplos de sociedades que se organizaram a partir dessa alternativa de sistema e relatam que até há pouco tempo tal opção foi exercida na ex-União Soviética.

Muitos atribuem a esse tipo de organização, mesmo em sistemas de maior liberdade e democracia, a cobrança abusiva de impostos pelo comando econômico.

Os autores ainda destacam:

Sem dúvida, o comando econômico exercido em uma estrutura de processo político democrático é bastante diferente daquele encontrado em uma ditadura. Existe uma enorme distância social entre um sistema de impostos controlado pelo Congresso e a expropriação direta ou a obrigação do trabalho expressa por um soberano supremo e absoluto [...] Nos dois casos, o comando direciona esforços econômicos na direção de metas escolhidas por uma

autoridade superior. Nos dois casos, o comando interfere no ordenamento existente de produção e distribuição para criar um novo ordenamento vindo "de cima" (HEILBRONER; MILBERG, 2008, p. 30).

Novamente, é vital entender que essa é uma alternativa de estruturação da sociedade sob a ótica econômica.

Uma sociedade desse tipo é capaz de ao menos por determinado período acelerar a implementação de medidas que podem levar ao crescimento e/ou à diversificação da economia. A manipulação de recursos pode, também, conduzir a significativas alterações na distribuição dos bens e serviços entre os diferentes agentes econômicos e sociais.

Em resumo, acentua-se o seguinte excerto:

A nova ordem imposta pelas autoridades pode ofender ou agradar nosso senso de justiça social, da mesma forma que pode melhorar ou reduzir a eficiência econômica da sociedade. [...] Se a tradição constitui um grande freio de mudanças sociais e econômicas, o comando econômico pode ser um grande impulsor de mudanças (HEILBRONER; MILBERG, 2008, p. 28).

2.8 Sistemas baseados no mercado

Comparativamente aos modelos da tradição e do comando, esta é uma solução relativamente nova, surgida a partir da expansão do capitalismo, que garante uma mínima interferência no comando da economia.

Como já abordamos, é sobre esse modelo que a maioria dos economistas se volta para tentar explicar o funcionamento das economias.



Lembrete

Os sistemas baseados nos livres mercados não prescindem por completo da atuação do Estado, principalmente no que tange ao combate às externalidades negativas.

Estudaremos na próxima unidade como se formam e interagem as forças representadas pela demanda e a oferta de bens e serviços pelos diferentes agentes econômicos.

É através da sua interação que a teoria procura explicar os fenômenos de formação dos preços dos variados bens e serviços.



Resumo

Nesta unidade acentuamos as questões fundamentais e os sistemas econômicos.

O texto relatou a importância do estudo da economia e sua inter-relação com o sucesso profissional e pessoal de cada agente econômico.

A Economia foi definida como a ciência que trata do conflito entre os recursos escassos das sociedades e das necessidades infinitas dos indivíduos antes, agora e no futuro.

Foram abordadas as diferentes necessidades dos indivíduos, destacando a teoria formulada pela Pirâmide de Maslow, que estabeleceu uma hierarquia entre elas, partindo da base representada pelas necessidades fisiológicas até chegar ao topo, em que estão classificadas as necessidades de autorrealização.

Assinalamos o modelo do fluxo circular da renda (simplificado) para mostrar um panorama geral da interação dos agentes econômicos com os mercados fundamentais de bens e serviços e de fatores de produção.

Vimos que a Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP) é uma importante ferramenta utilizada pelos economistas para indicar a possibilidade de diferentes alternativas de produção de bens e serviços, mantida a eficiência da economia, com base no seu estágio tecnológico.

Também discutimos os rendimentos decrescentes em razão do acréscimo de unidades de fatores ao esforço de produção dos bens e serviços da economia.

Relacionado com a Lei dos Rendimentos Decrescentes, foi examinado outro conceito básico para o entendimento da escassez e escolha de alternativas de decisão e de atuação pelos agentes econômicos, o custo de oportunidade, que pode ser visto como a diferença entre o retorno (benefício) auferido com a alternativa escolhida em comparação com o que se conseguiria com outra, abandonada – é o chamado custo da renúncia.

Ilustramos que o sistema econômico representa a forma de organização adotada por uma sociedade para o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Todo e qualquer sistema deve responder, da forma mais eficiente possível, as respostas sugeridas pelas questões fundamentais da economia: O que e quanto produzir? Como produzir? Para quem produzir?

Estudamos, ainda, os sistemas econômicos atuais, considerando os baseados em comandos centralizados, em liberdade de ação e os modelos mistos. Compreendemos que esses modelos combinam características do capitalismo e do socialismo, ressalvadas importantes diferenças de regulação econômica.

Mesmo os sistemas que desaconselham a intervenção do governo nas atividades econômicas fazem referência à necessidade de controle das chamadas externalidades.

Evidenciamos as externalidades negativas (como a poluição) e as positivas (como a abertura de um colégio na rua em que moro ou tenho um estabelecimento comercial). As externalidades podem ser corrigidas através da negociação entre os próprios agentes privados ou, se isso não for possível, por decisões coletivas, via mecanismo de eleição e/ou definição de padrões, cobrança de impostos, multas etc.

Por fim, apresentamos algumas alternativas de sistemas econômicos com base nos estudos de Heilbroner e Milberg (2008). Evidenciamos as características essenciais de cada alternativa e seus impactos em termos de crescimento econômico e mobilidade social dos agentes econômicos. Comparativamente aos modelos de tradição e comando, o sistema pautado no livre funcionamento dos mercados é uma solução relativamente nova, garantindo uma mínima interferência no comando da economia.

O Estado pode ser um importante aliado nessa busca pela inovação, promovendo a integração entre os agentes, à medida que direciona recursos utilizados em processos que objetivam o desenvolvimento científico, econômico e social.

Embora o comércio internacional tenha sido associado com o desenvolvimento do capitalismo por mais de 500 anos, alguns pensadores afirmam que uma série de tendências associadas à globalização tem agido para aumentar a mobilidade de pessoas e de capitais, reforçando o argumento de que o capitalismo deve cada vez mais ser visto como um sistema verdadeiramente mundial.



Exercícios

Questão 1. (METRÔ-SP 2008) Em relação à curva de possibilidades de produção (ou curva de transformação) da economia, é correto afirmar:

- A) Um ponto à esquerda da curva representa uma combinação da produção de dois bens que não pode ser alcançada pela economia no curto prazo.

- B) A produtividade física marginal de cada recurso produtivo decresce com a maior utilização de cada um deles pela economia.
- C) É possível aumentar simultaneamente a produção de dois bens mesmo que os recursos da economia estejam sendo utilizados com a máxima eficiência que a tecnologia disponível permite.
- D) O custo de oportunidade da produção de um bem diminui à medida que mais recursos produtivos da economia são utilizados na produção do outro.
- E) Ela expressa as combinações de produção de dois bens que correspondam à máxima utilidade possível para os consumidores.

Resposta correta: alternativa B.

Análise das alternativas

A) Alternativa incorreta.

Justificativa: qualquer ponto à esquerda da curva de possibilidade de produção corresponde a uma combinação possível de produção.

B) Alternativa correta.

Justificativa: a curva de possibilidade de produção trabalha com a ideia de produtividade decrescente de cada fator de produção.

C) Alternativa incorreta.

Justificativa: a curva mostra a limitação de produção numa dada economia, assim, para aumentar a produção de um bem, devemos produzir menos de outros.

D) Alternativa incorreta.

Justificativa: quando abrimos mão da produção de um bem, em relação a outro, seu custo de oportunidade aumenta ao longo do tempo.

E) Alternativa incorreta.

Justificativa: a curva de possibilidade de produção mostra a máxima produção de dois bens dadas as quantidades de insumos em uma economia.

Questão 2. Em um sistema econômico centralizado, todas as alternativas a seguir apontam um elemento que o constitui, exceto:

- A) As questões econômicas são respondidas por um órgão central.
- B) Os bens e serviços são distribuídos obedecendo à contribuição de cada pessoa na produção e sua necessidade.
- C) Apresenta um conjunto de instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais.
- D) Grande papel do Estado na economia.
- E) A propriedade dos meios de produção é privada.

Resolução desta questão na plataforma.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.